

SEMANA NACIONAL DOS MUSEUS

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais promoveu duas atividades abertas ao público, reafirmando o compromisso da Justiça Mineira com a preservação, valorização e difusão de seu patrimônio cultural e histórico. A iniciativa buscou se aproximar da sociedade, destacando a importância dos espaços culturais como lugares de conhecimento, pertencimento e cidadania.

As ações integraram a programação da 24ª Semana Nacional de Museus, realizada entre os dias 18 e 24 de maio de 2026, em celebração ao Dia Internacional dos Museus. Neste ano, o tema central propôs reflexões sobre o papel dos museus como agentes de transformação social, diálogo e preservação das múltiplas narrativas que compõem a memória coletiva.

Foi realizada uma palestra com o título “**Museus, Memória e Diálogo em um Mundo Dividido**”, com fala proferida pelo Sr. Lucas Cubas Martins, Presidente do Conselho Regional de Museologia da 2ª região.

O segundo encontro promoveu uma mesa-redonda, com o título **Memória, Justiça e Democracia : O papel dos centros de memória do judiciário**, juntamente com o Centro de Memória do TRE-MG, ocasião em que se reuniram as autoridades, o Exmo Desembargador Osvaldo Firmo, Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD), o Juiz Dr. Auro Andrade, Diretor Executivo da Escola Judicial Eleitoral, além das museólogas Rayane Rosário (MEJUD/TJMG) e Cristiane Lei (SMEMO/ TRE-MG), com a mediação do Sr. Adriano Denardi, Coordenador de Gestão da Informação do TRE-MG.

Por meio dessas atividades, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) reforça sua atuação na proteção do patrimônio cultural, compreendendo a memória como elemento fundamental para a construção da identidade institucional e para o fortalecimento da relação entre o Poder Judiciário e a sociedade.

Vivemos um tempo marcado por polarizações políticas, excesso de informação, desinformação em escala e profundas desigualdades sociais. Nesse cenário, o debate sobre o papel dos museus e centros de memória torna-se cada vez mais necessário. O tema “**museus, memória e diálogo em um mundo dividido**” recoloca essas instituições no centro da vida pública, não como espaços neutros ou silenciosos, mas como lugares de reflexão, escuta e construção de consciência coletiva.

Museus e centros de memória possuem uma capacidade singular: transformar memória em experiência social. Mais do que conservar objetos e documentos, eles estruturam narrativas, conectam diferentes gerações e criam condições para o diálogo em sociedades fragmentadas. Em um mundo acelerado e frequentemente orientado pelo esquecimento, **preservar a memória tornou-se também um ato de responsabilidade democrática.**

A relação entre memória e democracia é profunda e indissociável. Uma sociedade que não preserva e não reflete sobre sua própria história, especialmente sobre períodos de instabilidade institucional, violações de direitos e lutas por justiça, corre o risco de

repetir erros e enfraquecer suas instituições. A memória não é apenas registro do passado; é instrumento de consciência crítica, cidadania e compromisso com o futuro.

É nesse contexto que os centros de memória do Poder Judiciário brasileiro assumem papel fundamental. Mais do que arquivos institucionais, eles se tornam guardiões de um patrimônio histórico que documenta a formação do Estado, a evolução das leis, as disputas por direitos e a própria trajetória da democracia brasileira.

A memória como pilar democrático

Democracias sólidas se constroem sobre a capacidade de lembrar, reconhecer e aprender com a própria história. A memória institucional cumpre funções essenciais para a consolidação democrática.

A primeira delas é a transparência. A preservação documental permite compreender como decisões foram tomadas, quais tensões atravessaram determinados períodos históricos e como as instituições atuaram diante de crises políticas e sociais. O acesso à memória fortalece a confiança pública e amplia a compreensão da sociedade sobre o funcionamento do Estado.

A memória também possui uma dimensão de reconhecimento e reparação simbólica. Para vítimas de injustiças históricas — perseguidos políticos, grupos marginalizados e comunidades que tiveram seus direitos sistematicamente violados — preservar documentos, testemunhos e narrativas significa impedir o apagamento da experiência humana. Significa transformar silêncio em reconhecimento histórico.

Além disso, a memória exerce um papel decisivo na educação cívica. O contato com documentos históricos, decisões judiciais e trajetórias institucionais forma cidadãos mais conscientes sobre os direitos, deveres e estruturas que sustentam a democracia.

Os centros de memória do Judiciário: estrutura e missão

Os centros de memória vinculados ao Poder Judiciário brasileiro, presentes em tribunais superiores, regionais e estaduais, reúnem acervos documentais, iconográficos, audiovisuais e museológicos que registram a trajetória da Justiça no país. Suas funções ultrapassam a simples guarda de documentos antigos. Esses espaços desenvolvem atividades fundamentais de preservação, pesquisa, difusão cultural e democratização do acesso à informação.

Entre suas principais atribuições estão a conservação de processos históricos, documentos administrativos, fotografias, mobiliário, obras de arte e objetos de valor simbólico e institucional. Há também um intenso trabalho técnico de catalogação, organização arquivística e tratamento museológico, que permite não apenas preservar, mas tornar acessível esse patrimônio.

Outro aspecto essencial é a produção de conhecimento. Exposições, seminários, publicações, ações educativas e projetos culturais aproximam o acervo da sociedade e transformam documentos institucionais em instrumentos de reflexão pública. A digitalização dos acervos representa outro avanço significativo. Ao ampliar o acesso remoto, os centros de memória democratizam a pesquisa e permitem que estudantes,

pesquisadores e cidadãos tenham contato com fontes históricas antes restritas a espaços físicos e técnicos especializados.

Memória, Justiça e democracia

Os centros de memória do Judiciário exercem papel decisivo na preservação da história institucional brasileira, especialmente em períodos de ruptura democrática e em motivações políticas. Preservar documentos significa permitir que a sociedade compreenda a complexidade histórica das instituições e desenvolva uma leitura crítica sobre o passado.

Ao mesmo tempo, esses espaços de memória preservam processos emblemáticos ligados à ampliação de direitos civis, trabalhistas, ambientais, culturais e sociais. Essas decisões revelam a evolução do pensamento jurídico brasileiro e reforçam a importância do Judiciário como espaço de efetivação de direitos e garantias fundamentais.

Os acervos históricos também possuem enorme relevância acadêmica. Pesquisadores das áreas do direito, história, patrimônio, museologia, sociologia e ciências sociais encontram nesses documentos fontes primárias indispensáveis para compreender as relações entre Estado, sociedade e poder. Mais do que preservar documentos, os centros de memória ajudam a construir interpretação histórica.

Museus e centros de memória: espaços de diálogo

Museus e centros de memória possuem missões complementares. Ambos preservam evidências do passado e estruturam narrativas públicas sobre cidadania, direitos e responsabilidade institucional. Exposições baseadas em processos históricos, documentos judiciais e acervos institucionais iluminam trajetórias de luta por justiça e democracia. Mais do que apresentar objetos, esses espaços interpretam experiências humanas, conflitos sociais e transformações políticas. Nesse sentido, museus deixam de ser apenas lugares de contemplação para se tornarem espaços ativos de diálogo social.

Em um mundo dividido, marcado por disputas de memória e por narrativas fragmentadas, essas instituições possuem a capacidade de criar pontes entre diferentes experiências históricas e sociais. Quando trabalham com pluralidade, escuta e responsabilidade ética, contribuem para qualificar o debate público e fortalecer a cultura democrática.

Inclusão, acessibilidade e participação social

A democracia cultural exige acesso. Preservar memória sem garantir acessibilidade significa limitar o próprio sentido público dessas instituições. Por isso, linguagem simples e clara, acessibilidade física e comunicacional, recursos multilíngues, digitalização de acervos e ações itinerantes tornam-se fundamentais para democratizar o patrimônio histórico e ampliar a participação social.

Também é importante compreender que a memória não pode ser construída apenas de forma institucional e verticalizada. A participação da sociedade nos processos

curatoriais fortalece a legitimidade dessas instituições como espaços verdadeiramente públicos. Quando diferentes grupos sociais participam da construção das narrativas — por meio de escuta, diálogo e colaboração — o museu deixa de ser apenas um lugar de preservação e passa a ser também um espaço de pertencimento.

Memória, tecnologia e ética

As plataformas digitais transformaram profundamente o acesso à memória. Hoje, acervos digitalizados permitem alcance nacional e internacional, ampliando possibilidades de pesquisa, educação e difusão cultural. Esta democratização do acesso à memória precisa vir acompanhada de responsabilidade institucional, contextualização crítica e políticas éticas de preservação e difusão.

Museus como espaços de presença e pertencimento

Em uma era dominada pelo excesso de imagens e pela velocidade digital, museus e centros de memória oferecem algo cada vez mais raro: **PRESENÇA**.

Se o ambiente virtual frequentemente fragmenta a atenção e acelera a experiência humana, o espaço expositivo opera em outra lógica. Ao entrar em um museu, o visitante desacelera. O silêncio, a iluminação, a materialidade dos objetos, a arquitetura e o próprio edifício criam uma experiência que não é apenas informativa, mas também emocional, sensorial e reflexiva. Nesse sentido, museus e centros de memória não apenas preservam documentos e objetos: preservam experiências humanas. São lugares onde o tempo ganha densidade, onde a memória deixa de ser abstrata e passa a ser percebida física, emocional e simbolicamente.

Talvez por isso essas instituições permaneçam tão necessárias. Elas nunca entregam tudo de uma vez. **Sempre existe algo novo a cada olhar — uma interpretação diferente, uma emoção inesperada, uma nova percepção do passado e de nós mesmos.**

O valor de um acervo não está apenas no que ele mostra, mas naquilo que desperta em quem o observa. A memória, quando transformada em experiência cultural, produz pertencimento, identificação e consciência coletiva. Museus escolhem permanência em um mundo marcado pela transitoriedade. Escolhem memória em uma sociedade frequentemente orientada pelo esquecimento. Escolhem identidade, reflexão e pertencimento em meio ao mundo contemporâneo.

E talvez seja exatamente por isso que essas instituições sejam tão importantes para a democracia: porque oferecem espaços de escuta, contemplação e diálogo — espaços onde a cidadania também pode ser sentida, compartilhada e construída simbolicamente.

Conclusão

Os centros de memória do Judiciário não são meros depósitos de documentos antigos. São espaços vivos de reflexão, aprendizado e fortalecimento democrático.

Ao preservar e difundir a história da Justiça, contribuem para que a sociedade compreenda seu passado, interprete criticamente e construa um futuro mais justo e consciente.

Museus e centros de memória são infraestruturas cívicas da democracia. Seu papel não está apenas em conservar objetos ou documentos, mas em criar condições para o diálogo plural, responsável e humano.

Quando conectam evidências, narrativas, direitos e experiências coletivas, tornam-se aliados fundamentais da democracia: fortalecem o tecido social, qualificam o debate público e ajudam a transformar memórias difíceis em aprendizado coletivo e compromisso ético com o futuro.

A memória, nesse sentido, não é apenas um registro do passado.

É consciência histórica.

É responsabilidade pública.

É direito à cidadania.

E, acima de tudo, compromisso permanente com a democracia.

Andréa Vanêssa da Costa Val -

Arquiteta / Assessora Técnica da Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD - TJMG)